

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.609 - RS (2018/0335787-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : LEANDRO RAMAO LOPES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. EXTORSÃO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA Nº 52/STJ. TESE SUPERADA. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO RAMÃO LOPES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul nos autos do HC n.º 0239636-52.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o Recorrente foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 158, § 1.º, c.c. art. 288, *caput*, na forma do art. 69, todos do Código Penal. A prisão preventiva foi decreta em 06/10/2015, vindo o Recorrente a ser preso em 16/03/2018 (fl. 138).

Irresignada com a segregação cautelar do Recorrente, a Defensoria impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 161-167.

No presente recurso, o Recorrente sustenta constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo para formação da culpa, argumentando que "*está encarcerado preventivamente já faz mais de 08 (oito) meses e a instrução ainda não findou (há audiência prevista para 03/12/18)*" (fl. 184).

Requer o provimento do recurso para que seja reconhecida a ilegalidade da prisão, determinando-se a imediata expedição do alvará de soltura (fl. 193).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do

# Superior Tribunal de Justiça

recurso (fls. 212-216).

É o relatório. Decido.

Em consulta aos andamentos obtidos no endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que, em 26/04/2019, nos Autos n.º 003/2.17.0007637-0, o Magistrado de primeira instância proferiu sentença penal condenatória em desfavor do ora Recorrente, condenando-o à pena de privativa de liberdade de 9 (nove) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, sendo mantida a prisão preventiva.

Com a superveniente prolação de sentença, **fica prejudicada a análise de eventual excesso de prazo** para a formação da culpa, consoante a inteligência da Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça ("*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo*").

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora